

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Senhores Acionistas,  
 Em atendimento às disposições societárias, apresentamos o Relatório da Administração da Souza Cruz S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

**1. Mensagem do Presidente**

O ano de 2013 celebrou o aniversário de 110 anos da Souza Cruz e reiterou características marcantes da "personalidade" que a Companhia construiu nesta trajetória secular. Apesar dos inúmeros desafios do seu ambiente de negócios, a atuação do seu time de colaboradores comprometidos e que exercem seu pleno potencial tornou possível realizações que confirmam a excelência da Souza Cruz e a sua vocação para inovar e crescer.

No âmbito regulatório, desde 2012, a Companhia acompanha com atenção e se planeja para os possíveis desdobramentos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 14/2012, publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que estabeleceu o banimento da maioria das substâncias utilizadas além do tabaco na fabricação do cigarro, incluindo a proibição de cigarros mentolados ou de sabores específicos. Ao longo de 2013 houve uma forte mobilização do setor, e, em agosto, a ANVISA postergou em um ano a entrada em vigor desta resolução e estabeleceu uma câmara técnica que avaliará quais ingredientes devem ou não ser banidos. Em setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu medida liminar suspendendo por completo os efeitos da resolução da ANVISA, até o julgamento final da ação pelo Plenário do STF.

Entre os principais desafios da Souza Cruz está a concorrência proveniente do mercado legal de cigarros. A tabela de preços praticada pela Companhia é reajustada anualmente de acordo com a Lei promulgada em 2012, que prevê aumentos consideráveis de IPI até 2015, o que tem tornado o contrabando vindo do Paraguai cada vez mais lucrativo, inundando as cidades brasileiras com cigarros de qualidade duvidosa, comercializados a preços significativamente inferiores aos praticados pela Souza Cruz. Em 2013, apesar de todos os esforços das autoridades brasileiras em conter estas contravenções, estima-se que 30 bilhões de cigarros entraram no país via contrabando, o que equivale a aproximadamente 30% do mercado nacional, provocando uma evasão de arrecadação tributária aos cofres públicos próxima a R\$ 3,5 bilhões.

Neste contexto, a Companhia vem atuando para diferenciar cada vez mais o seu portfólio, oferecendo aos consumidores inovações relevantes e produtos de qualidade nitidamente superior à concorrência. Outro foco da Souza Cruz tem sido o fortalecimento das suas marcas globais. Dunhill manteve a sua trajetória ascendente no mercado brasileiro e alcançou o patamar de 10% de participação de mercado, e o lançamento de Lucky Strike Natural, liderando um segmento de produtos de "puro tabaco" - que utiliza tabaco de altíssima qualidade, teve boa recepção por parte do consumidor e terá a sua distribuição ampliada.

A Souza Cruz investe de forma constante no aprimoramento da sua rede de distribuição e no treinamento dos 300 mil varejistas, os quais atende de forma direta. O desenvolvimento de produtos de alta qualidade associado à eficiência em distribuição garantiu à Companhia uma participação de 77% do mercado legal, um crescimento de 2,1 p.p. em relação ao ano de 2012, reiterando a sua liderança no mercado de cigarros brasileiro. Este desempenho, combinado à busca contínua por produtividade, eficiência e redução de custos, ajudou a compensar o impacto da queda do volume de cigarros comercializados no ano - 60,1 bilhões de unidades, 9,8% a menos que em 2012 - e fez com que a Companhia registrasse um lucro operacional de R\$ 2,5 bilhões, 4,3% acima de 2012, gerando um lucro líquido de R\$ 1,7 bilhões, 3,2% acima do ano anterior.

Outro motivo a ser celebrado foi a colheita de uma das melhores safras da história da Souza Cruz, coroando o trabalho desenvolvido pelo sistema integrado de produção de tabaco. Este sistema foi estabelecido há 95 anos e hoje contempla 30 mil produtores rurais que recebem assistência completa desde o fornecimento das sementes e o preparo da terra, passando pela orientação para um cultivo cercado de cuidados ambientais com a mata nativa e a preservação do solo, até a comercialização do tabaco. Esta forma de atuação tem contribuído para que o Brasil se mantenha como o segundo maior produtor e o maior exportador de tabaco do mundo.

Trata-se de um feito bastante emblemático que ilustra a postura da Companhia em toda a sua trajetória e norteia a sua conduta para o futuro: integração de todas as pontas do processo produtivo e geração de renda para a sua cadeia de valor, buscando o crescimento do negócio e a criação de benefícios para a sociedade, acionistas, e colaboradores.

**Andrea Martini**  
 Presidente

**2. Contexto do negócio**

**Cenário Macroeconômico**  
 Em 2013, a economia brasileira apresentou um crescimento do PIB estimado em 2,3%, acima de 2012 (1,0%) porém abaixo da média histórica de 2002 a 2011, de 3,8%. A inflação (IPCA) oscilou ao longo de 2013 em um patamar acima do centro da meta do governo. Além disso, a partir de abril, o Banco Central deu início a uma série de aumentos na taxa Selic que encerrou o ano em 10% ao ano, com um acréscimo de 2,75 p.p. em 2013. A indústria apresentou sinais de recuperação e deve registrar um índice de crescimento em torno de 2% em 2013 segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em relação às concessões públicas, o governo deu um importante passo para uma economia mais competitiva internacionalmente, licenciando importantes rodovias, portos e aeroportos. Totalizando cerca de R\$ 144 bilhões, o volume de Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil continua robusto, confirmando a liderança do país como destino de investimentos na América Latina e Caribe, respondendo por 28% do total.

O cenário externo em 2013 permaneceu desafiador, a recuperação da atividade econômica na Europa é lenta, houve uma desaceleração no crescimento da economia na China e os Estados Unidos, apesar do anúncio de um corte gradual da política de incentivo à economia, ainda estão em fase de recuperação. Esta combinação de fatores afetou o Brasil através de expectativas piores para o crescimento da demanda por produtos exportados com efeito direto sobre o balanço de pagamentos.

**Cenário Regulatório**  
 No âmbito regulatório, em 26/08/2013, foi publicada decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que postergou o banimento de ingredientes anteriormente proibidos conforme o texto original da RDC 14/2012, pelo período de um ano. Será estabelecida uma câmara técnica que avaliará quais ingredientes devem ou não ser banidos. Esta decisão da ANVISA, contudo, manteve o banimento de cigarros com sabores característicos, como por exemplo, cigarros mentolados. Em 13/09/2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), através de um de seus membros, deferiu medida liminar suspendendo por completo os efeitos da RDC nº 14/2012 da ANVISA, que proíbe a utilização de ingredientes nos produtos derivados do tabaco, até o julgamento final da ação pelo Plenário do STF.

**Mercado de cigarros**  
 O volume total de cigarros comercializados no mercado brasileiro em 2013, estimado em cerca de 107 bilhões de unidades, apresentou uma retração de 5,5% em relação a 2012. Tal retração ocorreu principalmente em decorrência do aumento de IPI de 18% a partir de 1º de janeiro de 2013 que levou a um aumento de preços de cigarros ao consumidor da ordem de 16%, combinado com um crescimento da economia abaixo do esperado ao longo de 2013.

A partir de 1º de janeiro de 2014, o preço mínimo ao consumidor, introduzido pelo Governo Federal em 1º maio de 2012 (Lei 12.546/11), foi alterado para R\$ 4,00/carteira. A alta carga tributária sobre cigarros continua sendo o principal fator de estímulo à comercialização informal do produto no Brasil, principalmente pela via do contrabando e falsificação (mercado ilegal). Em razão dos sucessivos aumentos de preços, em abril e dezembro de 2012 e em dezembro de 2013, o mercado ilegal vem comercializando cigarros com um significativo diferencial de preços em relação ao segmento "Value for Money". Consequentemente, estima-se que o mercado ilegal tenha crescido 4,2 bilhões de cigarros em relação a 2012. Em que pesem os resultados positivos obtidos pelas autoridades brasileiras por meio de fiscalizações mais frequentes e de um controle de fronteiras mais rigoroso (Operação Ágata), que resultou no fechamento de 11 fábricas clandestinas em 2012 e 1 em 2013, a participação do mercado ilegal de cigarros no Brasil é estimada em aproximadamente 30% do consumo brasileiro de cigarros.

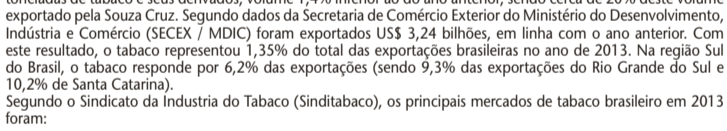
Para fazer frente ao já esperado aumento do IPI de 15% a partir de 1º de janeiro de 2014, a Companhia reposicionou seus preços em média 12% no início de 2014.

**Mercado de tabaco**  
 O tabaco cultivado no Sul do Brasil apresenta 160 mil famílias e é a principal fonte de renda nas pequenas propriedades produtoras, pois utiliza apenas 15,4% da área total e responde por cerca de 56% das receitas obtidas na propriedade.

Segundo informações do Sinditabaco, a produção total da safra 2012/2013 na Região Sul atingiu 706 mil toneladas, ficando 0,6% menor que a safra 2011/2012. Em relação à safra 2013/2014, constata-se um acréscimo de 1,6% (de 327 mil para 333 mil hectares) na área cultivada de tabaco quando comparada com a safra anterior. Tal crescimento juntamente com um aumento do valor pago aos produtores, contribuiu para um incremento de 15% na receita bruta dos produtores em 2013, atingindo aproximadamente R\$ 5,3 bilhões contra R\$ 4,6 bilhões da safra anterior. O bom desempenho da receita de fumo também deve-se à melhor qualidade e à boa produtividade do tabaco produzido nesta safra.

Líder na exportação mundial de tabaco e 2º maior produtor do mundo, o Brasil embarcou, em 2013, 624 mil toneladas de tabaco e seus derivados, volume 1,4% inferior ao do ano anterior, sendo cerca de 20% deste volume exportado pela Souza Cruz. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SECEX / MDIC) foram exportados US\$ 3,24 bilhões, em linha com o ano anterior. Com este resultado, o tabaco representou 1,35% do total das exportações brasileiras no ano de 2013. Na região Sul do Brasil, o tabaco responde por 6,2% das exportações (sendo 9,3% das exportações do Rio Grande do Sul e 10,2% de Santa Catarina).

Segundo o Sindicato da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), os principais mercados de tabaco brasileiro em 2013 foram:



**3. Desempenho operacional da Companhia**

**Cigarros**  
 A exemplo dos últimos anos, a Companhia deu continuidade ao fortalecimento de suas marcas, atuando para diferenciar cada vez mais o seu portfólio, com ações de marketing direcionadas para suas marcas "Premium", sobretudo Dunhill, Free e Lucky Strike. Dentre algumas ações, destaca-se o lançamento de Lucky Strike Natural, liderando um segmento de produtos de "puro tabaco", utilizando tabaco de altíssima qualidade. No segmento "Value for Money", a Souza Cruz continuou implementando diversas iniciativas para desenvolver suas marcas locais com o objetivo de minimizar as reduções de volume e de participação de mercado face à pressão do mercado ilegal de cigarros.

A Companhia atingiu o volume de 60,1 bilhões de cigarros comercializados em 2013, 9,8% inferior aos 66,6 bilhões vendidos no ano de 2012. Tal redução está principalmente associada ao aumento de IPI no início do ano, seguido de um aumento de preços de cigarros ao consumidor que teve como consequência a aceleração do crescimento do mercado ilegal de cigarros, que tem se beneficiado permanentemente da elevação da carga tributária da indústria.

A participação de mercado da Companhia alcançou 77,0% no mercado legal, representando um crescimento de 2,1 p.p. em relação a 2012. Essa variação decorre principalmente do desempenho de Dunhill, Free e Hollywood.



**Resultados das principais marcas em 2013:**

**Dunhill** - Dunhill manteve sua trajetória ascendente no mercado brasileiro em 2013, alcançando um volume de 9,1 bilhões de unidades vendidas e participação de mercado de 10,0%, 0,8 p.p. acima de 2012.

**Free** - Free segue com sólida performance durante o ano, com o lançamento da nova plataforma de embalagens alcançando um volume de 10 bilhões de unidades vendidas e participação de mercado de 14,3%, 0,4 p.p. acima de 2012.

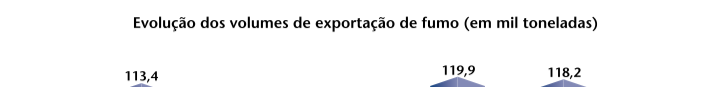
**Lucky Strike** - Manteve-se estável em relação a 2012 e atingiu 1,1 bilhão de unidades vendidas e uma participação de mercado de 1,3%, em linha com 2012. Cabe destacar o lançamento, em 2013, de Lucky Strike Natural, liderando um segmento de produtos "puro tabaco", utilizando tabaco de altíssima qualidade.

**Hollywood** - Hollywood encerra o ano com 10,2 bilhões de unidades vendidas e com uma participação de mercado de 13,1%, 0,3 p.p. acima de 2012. Seguindo o contínuo objetivo de entregar um produto de maior valor ao consumidor, foi lançado Hollywood na versão "Box" em algumas cidades do país.

**Derby** - A despeito das ações de proteção de volume e defesa de competitividade e devido à pressões de preço do mercado ilegal, Derby atingiu um volume de vendas de 21,3 bilhões de unidades e teve uma redução em sua participação de mercado de 1,4 p.p., encerrando o ano com 26,2% do mercado.

**Minister** - Com o objetivo de preservar a competitividade frente às empresas nacionais e o mercado ilegal, Minister é atualmente comercializado ao preço mínimo ao consumidor. A marca atingiu uma participação de mercado de 2,9% em 2013, 1,9 p.p. acima de 2012.

**Exportação de tabaco**  
 As exportações de tabaco de 2013 totalizaram 118,2 mil toneladas, ficando muito em linha com o volume exportado em 2012 (119,9 mil toneladas). Como era esperado, o volume de exportação de tabaco no último trimestre de 2013 atingiu 38,1 mil toneladas, sendo 75% superior quando comparado com o primeiro trimestre de 2013. Esta variação ocorreu em função do fechamento dos principais portos do país em razão de questões climáticas em setembro de 2013, gerando uma transferência de volume do terceiro trimestre para o quarto trimestre.



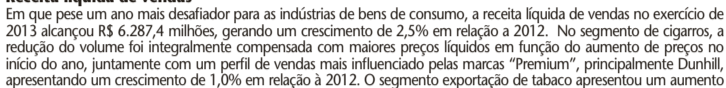
**4. Resultados financeiros**  
**Principais Indicadores Financeiros**  
 Resumo dos principais indicadores financeiros consolidados da Companhia nos últimos cinco anos:

R\$ Milhões	2009	2010	2011	2012	2013	CAGR 2009 - 2013
Receita Líquida	5.793	5.519	5.550	6.131	6.287	2,1%
Lucro Operacional	1.890	1.941	2.186	2.375	2.478	7,0%
Lucro Líquido	1.485	1.450	1.603	1.641	1.694	3,3%
EBITDA	2.034	2.095	2.357	2.546	2.635	6,7%
Geração operacional de caixa	1.616	1.546	1.806	1.872	2.274	8,9%

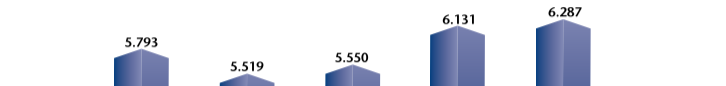
**Receita líquida de vendas**  
 Em que pese um ano mais desafiador para as indústrias de bens de consumo, a receita líquida de vendas no exercício de 2013 alcançou R\$ 6.287,4 milhões, gerando um crescimento de 2,5% em relação a 2012. No segmento de cigarros, a redução do volume foi integralmente compensada por maiores preços líquidos em função do aumento de preços no início do ano, juntamente com um perfil de vendas mais influenciado pelas marcas "Premium", principalmente Dunhill, apresentando um crescimento de 1,0% em relação a 2012. O segmento exportação de tabaco apresentou um aumento de 5,5% em relação a 2012 principalmente em decorrência de maior preço de venda juntamente com o efeito da desvalorização do real, parcialmente compensado por um mix de embarque menos premium em 2013.



**Tributos sobre vendas**  
 A Souza Cruz continua a se posicionar entre os 10 maiores contribuintes de tributos no Brasil. Em 2013, gerou R\$ 9.831,5 milhões de tributos sobre vendas. Nos últimos cinco anos, somente os tributos sobre vendas da Souza Cruz aumentaram em média 12% ao ano, bem acima da inflação, superando o valor de R\$ 39 bilhões.



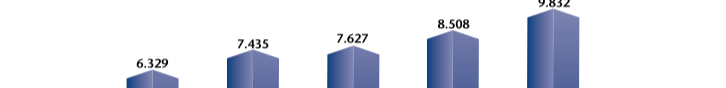
**Lucro operacional**  
 O lucro operacional consolidado antes do resultado financeiro foi de R\$ 2.477,5 milhões, sendo 4,3% superior ao registrado no ano anterior (R\$ 2.374,6 milhões). No segmento de cigarros, os maiores preços combinado com melhor "mix" de vendas e maior participação das marcas "Premium", juntamente com efeitos positivos de ganhos de eficiência e produtividade observados ao longo de 2013, resultaram em um aumento de 4,7% do Lucro Operacional, fechando o ano com um montante de R\$ 2.184,5 milhões. A margem operacional de cigarros, por sua vez, apresentou um crescimento em 2013 de 1,7 p.p., de 47,4% para 49,1%. Já no âmbito de exportação de tabaco, o lucro operacional atingiu um montante de R\$ 201,7 milhões, 19,5% inferior ao exercício anterior (R\$ 250,5 milhões) impactado pelos seguintes fatores: maiores custos principalmente em função do aumento de preço de fumo cru devido ao repasse da inflação aliado à alta demanda por tabaco brasileiro, maiores gastos de produção agrícola em função de um aumento na área plantada de tabaco e maiores despesas de logística em consequência de aumentos em frete e armazenagem.



**Lucro líquido do exercício**  
 Em 2013, o lucro líquido consolidado atingiu o montante de R\$ 1.694,3 milhões, superior em 3,2% se comparado ao ano anterior (R\$ 1.641,4 milhões). Ao longo dos últimos 5 anos, a Companhia vem distribuindo de forma crescente, aos seus acionistas, parte significativa de seu lucro líquido.



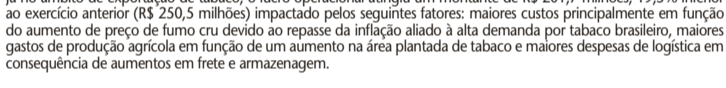
**Evolução do lucro líquido (em R\$ milhões) e do % de distribuição de dividendos em relação ao lucro líquido**



**EBITDA**  
 O EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, impostos sobre a renda, depreciação e amortização) atingiu R\$ 2.635,4 milhões, apresentando um crescimento de 3,5% em relação a 2012 (R\$ 2.546,4 milhões), principalmente como consequência do crescimento no lucro operacional. Reconciliação do EBITDA com o lucro líquido do ano - consolidado:

	2012	2013
Resultado Financeiro (Nota 25)	1.641,4	1.694,3
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 26)	(11,3)	32,5
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 26)	744,5	750,7
(+) Depreciação e Amortização (Notas 14 e 15)	171,8	157,9
<b>EBITDA</b>	<b>2.546,4</b>	<b>2.635,4</b>

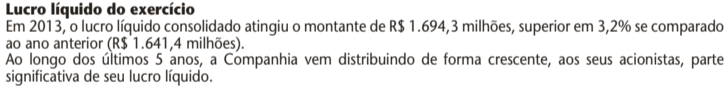
**Evolução do EBITDA (em R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)**



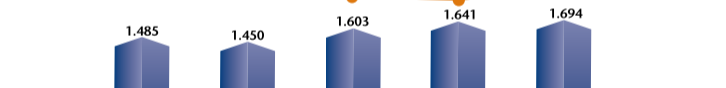
**Geração operacional de caixa**  
 Em 2013, a geração operacional de caixa continua sendo a principal fonte de recursos da Companhia e alcançou R\$ 2.274 milhões, ou seja, superior em 21% quando comparada a 2012. Essa variação deve-se principalmente em função um melhor perfil do capital de giro concentrado no contas a receber, juntamente com um maior prazo de pagamento de fornecedores. A forte geração de caixa continua a permitir a manutenção de uma agressiva política de distribuição de dividendos.



**5. Programa de investimentos de capital**  
 Nos últimos dois anos, em função de uma maior necessidade de investimentos de capital, a Companhia investiu R\$ 495,5 milhões (R\$ 216,3 em 2011 e R\$ 279,2 milhões em 2012). Em 2013, o nível de investimentos recuou refletindo menor necessidade de destinação de recursos para investimentos de capital, somando R\$ 143,0 milhões. Este montante destinou-se, principalmente, na modernização do parque industrial com aquisições de maquinários e instalações em decorrência da diversificação do portfólio de marcas de cigarros, na renovação da frota de veículos de distribuição e na automação da usina de fumo.



Em 2013, os investimentos foram distribuídos da seguinte forma:



**6. Premiações**  
 Como resultado da dedicação de seus colaboradores e às suas ações sustentáveis, a Souza Cruz vem sendo permanentemente reconhecida como uma organização de excelência no meio empresarial brasileiro e internacional. Esse reconhecimento pode ser comprovado por meio das premiações recebidas ao longo dos últimos anos. No ano de 2013, a Souza Cruz recebeu inúmeros prêmios e homenagens de grande relevância em reconhecimento às realizações nos diversos setores da Empresa e da sua atuação destacada no mercado. Dentre os prêmios recebidos se destacam:

**Top 1000**  
 Prêmio que reconhece a atuação das Empresas Brasileiras em 25 setores da economia. A Souza Cruz em 2013 conquistou o primeiro lugar no setor de Bebidas e Fumo na 13ª edição deste prêmio, que é oferecido pelo jornal Valor.

**Premio Época Negócios 360°**  
 Este prêmio tem como objetivo reconhecer as melhores empresas em seis dimensões de gestão: desempenho financeiro, governança corporativa, práticas de recursos humanos, inovação, visão de futuro e responsabilidade socioambiental, em 26 diferentes setores da economia. A Souza Cruz foi a vencedora da categoria Agronegócio.

**Top Employers Brasil 2013**  
 A certificação Top Employers é concedida às organizações que demonstram os mais altos padrões de ofertas de carreira. Em 2013, a Souza Cruz foi certificada como Top Employer pelo CRF Institute (Corporate Research Foundation), renomada instituição que avalia, em todo o mundo, as melhores práticas de RH.

**Top of Mind - Estado de RH**  
 O prêmio tem como fundamento básico identificar e reconhecer as empresas e profissionais mais lembrados pela comunidade de RH. A Souza Cruz se classificou entre as cinco primeiras empresas - em um ranking com 165 - na categoria Educação Corporativa/E-Learning.

**RHs mais Admirados do Brasil 2013**  
 Este prêmio identifica os profissionais de Recursos Humanos mais admirados do Brasil. Pelo sexto ano consecutivo, o diretor de RH da Souza Cruz, Fernando Teixeira, foi eleito um dos melhores profissionais de Recursos Humanos do País.

**Maiores Contribuintes de ICMS do PR**  
 O prêmio objetiva reconhecer as empresas que mais colaboraram para a arrecadação de ICMS no estado do Paraná. A Souza Cruz foi homenageada por estar entre os 15 maiores contribuintes do Paraná.

**Clientes 5/A Venda Multicanal**  
 O prêmio destaca as melhores iniciativas e práticas empresariais de Venda Multicanal dentro das organizações, através da análise de diversos aspectos como estratégia, planejamento, implementação, consultoria, adoção de soluções tecnológicas, inovação e resultado. O Interaction Center - Central de Relacionamento da Souza Cruz - conquistou o prêmio, na categoria Melhor Ação Segmentada Outsourcing, com o caso Telesales Híbrido.

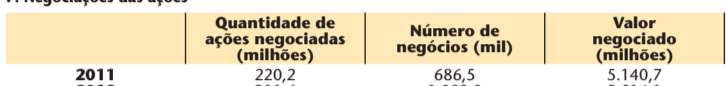
**Exportação RS**  
 O prêmio tem como objetivo reconhecer as empresas exportadoras do Rio Grande do Sul em alguns segmentos. Dentre eles, a Souza Cruz foi reconhecida na categoria Trajetória Exportadora, que reconhece as empresas com trajetória exportadora expressiva por um período de 3 anos.

**Premio Abrasca Relatório Anual**  
 O Prêmio Abrasca Relatório Anual avalia os melhores relatórios anuais lançados em formato impresso, online ou PDF. Na categoria "Companhias Abertas", a Souza Cruz sagrou-se campeã entre as 60 empresas participantes, dividindo o posto com outra entidade, que obteve a mesma pontuação.

**7. Negociações das ações**

	Quantidade de ações negociadas (milhões)	Número de negócios (mil)	Valor negociado (milhões)
2011	220,2	686,5	5.140,7
2012	311,6	1.083,0	8.514,1
Var %	41,5%	57,8%	65,6%
2012/2011	311,0	1.148,9	8.534,5
Var %	-0,2%	6,1%	0,2%
2013/2012			

Em março de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta de desdobramento das ações da Companhia à razão de 1 para 5. Como consequência, a quantidade de ações negociadas, o número de negócios e o volume negociado apresentaram consideráveis aumentos, indicando um aumento na liquidez e pulverização da ação da Souza Cruz. Os benefícios desta iniciativa também foram notados ao longo deste exercício, através da manutenção da quantidade de ações negociadas, número de negócios e valor negociado comparado com 2012.



continuação

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
 Em milhões de Reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
<b>ATIVO CIRCULANTE:</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	(8)	1.391,7	1.301,4	1.368,3	1.291,0
Contas a Receber	(9)	646,9	615,7	626,4	601,6
Estoques	(10)	1.115,2	994,6	1.106,1	987,7
Tributos a Recuperar	(11)	55,1	58,2	53,6	57,9
Impostos e Despesas Antecipadas	(12)	762,4	622,5	761,3	621,2
Créditos com Partes Relacionadas	(7.4)	872,7	299,2	603,9	-
Outros		43,2	24,9	43,2	25,0
		<b>4.887,2</b>	<b>3.916,5</b>	<b>4.562,8</b>	<b>3.584,4</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE:</b>					
Contas a Receber	(9)	2,5	2,1	1,3	1,8
Estoques	(10)	17,7	15,4	17,7	15,4
Tributos a Recuperar	(11)	100,6	25,2	100,6	25,2
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(26a)	136,9	185,8	172,0	181,6
Depósitos Judiciais	(18b)	223,3	197,6	223,3	197,6
Despesas Antecipadas e Outros		11,1	14,8	11,2	14,8
Créditos com Partes Relacionadas	(7.4)	21,3	748,9	6,1	2,4
Investimentos em Sociedades	(13)	-	-	301,8	1.089,4
Imobilizado	(14)	974,5	974,5	960,9	963,0
Intangível	(15)	30,1	43,7	29,1	42,7
		<b>1.510,0</b>	<b>2.208,0</b>	<b>1.824,0</b>	<b>2.533,9</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>6.405,2</b>	<b>6.124,5</b>	<b>6.386,8</b>	<b>6.118,3</b>

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
<b>PASSIVO CIRCULANTE:</b>					
Fornecedores		390,3	264,8	385,0	263,0
Imposto de Renda e Contribuição Social		196,0	178,5	193,2	188,6
Tributos a Recolher sobre Vendas	(16)	1.619,8	1.248,4	1.619,8	1.248,4
Remuneração dos Acionistas	(20c)	30,3	32,5	30,3	31,6
Salários e Encargos Sociais	(7.2)	234,5	255,2	234,2	254,9
Instrumentos Financeiros Derivativos		12,3	-	12,3	-
Empréstimos e Financiamentos	(17)	719,0	472,4	719,0	472,4
Outras Contas a Pagar		88,5	49,6	87,9	48,4
		<b>3.290,7</b>	<b>2.501,4</b>	<b>3.281,7</b>	<b>2.507,3</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE:</b>					
Empréstimos e Financiamentos	(17)	223,0	721,1	223,0	721,1
Provisões para Contingências	(18a)	135,3	172,8	135,3	172,8
Incentivos Fiscais	(19)	270,0	308,1	270,0	308,1
Tributos e Outras Contas a Pagar		45,8	55,6	36,4	43,4
		<b>674,1</b>	<b>1.257,6</b>	<b>664,7</b>	<b>1.245,4</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>					
Capital Social Realizado		854,7	854,7	854,7	854,7
Reservas de Capital		1,9	1,9	1,9	1,9
Reservas de Lucros		433,2	367,9	433,2	367,9
Ajustes de Avaliação Patrimonial		331,3	340,5	331,3	340,6
Dividendo Adicional Proposto		819,3	800,5	819,3	800,5
		<b>2.440,4</b>	<b>2.365,5</b>	<b>2.440,4</b>	<b>2.365,6</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>6.405,2</b>	<b>6.124,5</b>	<b>6.386,8</b>	<b>6.118,3</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO**  
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012  
 Em milhões de reais (exceto valor patrimonial por ação)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital-Venda de Imóveis	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
			Legal	Manutenção de Giro	Incentivos Fiscais				
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>854,7</b>	<b>1,9</b>	<b>170,9</b>	<b>18,2</b>	<b>109,1</b>	<b>225,7</b>	<b>-</b>	<b>699,5</b>	<b>2.079,2</b>
Hedge de investimentos líquidos no exterior:									
· Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	-	-	-	-	-	(65,2)	-	-	(65,2)
· Variação Cambial Reflexa sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ de investida no exterior	-	-	-	-	-	(13,4)	-	-	(13,4)
· Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 13)	-	-	-	-	-	140,6	-	-	140,6
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.3):									
· Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	(16,1)	-	-	(16,1)
· Instrumentos Derivativos (NDF-Non Deliverable Forward)	-	-	-	-	-	26,5	-	-	26,5
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos do hedge	-	-	-	-	-	18,7	-	-	18,7
Canhóis e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 13)	-	-	-	-	-	23,8	-	-	23,8
Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	-	-	-	-	-	-	(18,3)	-	(18,3)
Reversão de Dividendos Prescritos (Nota 20c)	-	-	-	-	-	-	1,2	-	1,2
Dividendos Pagos (AGO/E de 19/03/12)	(R\$ 0,457684 por ação)	-	-	-	-	-	(699,5)	-	(699,5)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.641,4	-	1.641,4
Destinações do Lucro Líquido do Exercício:									
Realocação da Parcela não Societária do Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	0,7	(0,7)	-	-
Incentivos Fiscais Realizados (Nota 19)	-	-	-	-	-	69,7	(69,7)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário (Nota 20c)	(R\$ 0,054725 por ação)	-	-	-	-	-	(83,6)	-	(83,6)
Dividendo Intermediário (Nota 20c)	(R\$ 0,42 por ação)	-	-	-	-	-	(642,0)	-	(642,0)
Juros sobre o Capital Próprio - Complementar (Nota 20c)	(R\$ 0,0182 por ação)	-	-	-	-	-	(27,8)	-	(27,8)
Dividendo Adicional Proposto (Nota 20c)	(R\$ 0,523732 por ação)	-	-	-	-	-	(800,5)	-	(800,5)
		<b>1,9</b>	<b>18,2</b>	<b>178,8</b>	<b>109,1</b>	<b>224,9</b>	<b>-</b>	<b>699,5</b>	<b>2.079,2</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>854,7</b>	<b>1,9</b>	<b>170,9</b>	<b>18,2</b>	<b>109,1</b>	<b>340,5</b>	<b>-</b>	<b>800,5</b>	<b>2.365,5</b>
Variação Cambial sobre Investimentos líquido no Exterior (Nota 13)	-	-	-	-	-	4,1	-	-	4,1
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.3):									
· Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	(10,0)	-	-	(10,0)
· Instrumentos Derivativos (NDF-Non Deliverable Forward)	-	-	-	-	-	(10,1)	-	-	(10,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos do hedge	-	-	-	-	-	6,8	-	-	6,8
Reversão de Dividendos Prescritos (Nota 20c)	-	-	-	-	-	-	1,0	-	1,0
Dividendos Pagos (AGO de 15/03/13)	(R\$ 0,523732 por ação)	-	-	-	-	-	(800,5)	-	(800,5)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.694,3	-	1.694,3
Destinações do Lucro Líquido do Exercício:									
Incentivos Fiscais Realizados (Nota 19)	-	-	-	-	-	64,7	(64,7)	-	-
Reserva para Manutenção de Capital de Giro (Nota 20c)	-	-	-	-	-	0,6	(0,6)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário (Nota 20c)	(R\$ 0,05335 por ação)	-	-	-	-	-	(81,5)	-	(81,5)
Dividendo Intermediário (Nota 20c)	(R\$ 0,46 por ação)	-	-	-	-	-	(703,1)	-	(703,1)
Juros sobre o Capital Próprio - Complementar (Nota 20c)	(R\$ 0,01705 por ação)	-	-	-	-	-	(26,1)	-	(26,1)
Dividendo Adicional Proposto (Nota 20c)	(R\$ 0,536 por ação)	-	-	-	-	-	(819,3)	-	(819,3)
		<b>1,9</b>	<b>18,8</b>	<b>243,5</b>	<b>109,1</b>	<b>331,3</b>	<b>-</b>	<b>819,3</b>	<b>2.440,4</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>854,7</b>	<b>1,9</b>	<b>170,9</b>	<b>18,2</b>	<b>109,1</b>	<b>331,3</b>	<b>-</b>	<b>819,3</b>	<b>2.440,4</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA**  
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012  
 Em milhões de reais (exceto valor patrimonial por ação)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital-Venda de Imóveis	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
			Legal	Manutenção de Giro	Incentivos Fiscais				
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>854,7</b>	<b>1,9</b>	<b>170,9</b>	<b>18,2</b>	<b>109,1</b>	<b>225,7</b>	<b>-</b>	<b>699,5</b>	<b>2.080,0</b>
Hedge de investimentos líquidos no exterior:									
· Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	-	-	-	-	-	(65,2)	-	-	(65,2)
· Variação Cambial Reflexa sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ de investida no exterior	-	-	-	-	-	(13,4)	-	-	(13,4)
· Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 13)	-	-	-	-	-	140,6	-	-	140,6
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.3):									
· Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	(16,1)	-	-	(16,1)
· Instrumentos Derivativos (NDF-Non Deliverable Forward)	-	-	-	-	-	26,5	-	-	26,5
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos do hedge	-	-	-	-	-	18,7	-	-	18,7
Canhóis e Perdas Resultantes de Conversão de Moeda Estrangeira (Nota 13)	-	-	-	-	-	23,8	-	-	23,8
Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	-	-	-	-	-	-	(18,3)	-	(18,3)
Reversão de Dividendos Prescritos (Nota 20c)	-	-	-	-	-	-	1,2	-	1,2
Dividendos Pagos (AGO/E de 19/03/12)	(R\$ 0,457684 por ação)	-	-	-	-	-	(699,5)	-	(699,5)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.640,7	-	1.640,7
Destinações do Lucro Líquido do Exercício:									
Incentivos Fiscais Realizados (Nota 19)	-	-	-	-	-	69,7	(69,7)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário (Nota 20c)	(R\$ 0,054725 por ação)	-	-	-	-	-	(83,6)	-	(83,6)
Dividendo Intermediário (Nota 20c)	(R\$ 0,42 por ação)	-	-	-	-	-	(642,0)	-	(642,0)
Juros sobre o Capital Próprio - Complementar (Nota 20c)	(R\$ 0,0182 por ação)	-	-	-	-	-	(27,8)	-	(27,8)
Dividendo Adicional Proposto (Nota 20c)	(R\$ 0,523732 por ação)	-	-	-	-	-	(800,5)	-	(800,5)
		<b>1,9</b>	<b>18,2</b>	<b>178,8</b>	<b>109,1</b>	<b>225,7</b>	<b>-</b>	<b>699,5</b>	<b>2.080,0</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>854,7</b>	<b>1,9</b>	<b>170,9</b>	<b>18,2</b>	<b>109,1</b>	<b>340,6</b>	<b>-</b>	<b>800,5</b>	<b>2.365,6</b>
Variação Cambial sobre Investimentos líquido no Exterior (Nota 13)	-	-	-	-	-	4,0	-	-	4,0
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.3):									
· Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira (ACC)	-	-	-	-	-	(10,0)	-	-	(10,0)
· Instrumentos Derivativos (NDF-Non Deliverable Forward)	-	-	-	-	-	(10,1)	-	-	(10,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos do hedge	-	-	-	-	-	6,8	-	-	6,8
Reversão de Dividendos Prescritos (Nota 20c)	-	-	-	-	-	-	1,0	-	1,0
Dividendos Deliberados (AGO/E de 15/03/13)	(R\$ 0,523732 por ação)	-	-	-	-	-	(800,5)	-	(800,5)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.694,3	-	1.694,3
Destinações do Lucro Líquido do Exercício:									
Incentivos Fiscais Realizados (Nota 19)	-	-	-	-	-	64,7	(64,7)	-	-
Reserva para Manutenção de Capital de Giro (Nota 20c)	-	-	-	-	-	0,6	(0,6)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Intermediário (Nota 20c)	(R\$ 0,05335 por ação)	-	-	-	-	-	(81,5)	-	(81,5)
Dividendo Intermediário (Nota 20c)	(R\$ 0,46 por ação)	-	-	-	-	-	(703,1)	-	(703,1)
Juros sobre o Capital Próprio - Complementar (Nota 20c)	(R\$ 0,01705 por ação)	-	-	-	-	-	(26,1)	-	(26,1)
Dividendo Adicional Proposto (Nota 20c)	(R\$ 0,536 por ação)	-	-	-	-	-	(819,3)	-	(819,3)
		<b>1,9</b>	<b>18,8</b>	<b>243,5</b>	<b>109,1</b>	<b>331,3</b>	<b>-</b>	<b>819,3</b>	<b>2.440,4</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>854,7</b>	<b>1,9</b>	<b>170,9</b>	<b>18,2</b>	<b>109,1</b>	<b>331,3</b>	<b>-</b>	<b>819,3</b>	<b>2.440,4</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Em milhões de reais (exceto valores

**continuação**
**3.2 Base de conversão de moeda**
**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual cada entidade atua. Essas demonstrações estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

**(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* qualificadas, enquadradas no conceito de *"hedge accounting"*.

**(c) Controladas**

A operação em conjunto com a Brascuba Cigarrillos, S.A. possui moeda funcional diferente da controladora – moeda corrente “CUC” e moeda funcional “US dólar”.

No caso de variação cambial de investimentos em controladas no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. O investimento nesse contexto inclui empréstimo entre companhias do grupo onde a liquidação não é planejada e nem é provável no futuro previsível.

Os mesmos procedimentos de conversão de moeda estrangeira são aplicados quando da utilização do método de equivalência patrimonial para investidas com moeda funcional diferente do Real, nas demonstrações financeiras individuais.

**3.3 Reconhecimento da receita**

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações concedidas.

**(a) Venda de produtos**

As vendas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

As vendas de cigarro são reconhecidas no momento da entrega e aceite da mercadoria pelo cliente. O reconhecimento da receita de exportações de fumo ocorre em função dos termos negociados para embarque internacional, cuja modalidade usual é “free on board” com o reconhecimento da receita no momento que a mercadoria transpassa o costado do navio.

**(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida em base *“pro rata”* da com base no método da taxa de juros efetiva.

**3.4 Instrumentos financeiros**
**3.4.1 Ativos financeiros não derivativos**

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia somente designou ativos financeiros nas modalidades de “Empréstimos e recebíveis” e “Registados ao valor justo por meio do resultado” (Nota 7.2).

**• Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa e estão relacionados na Nota 7.1.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

**• Registrados ao valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda e estão relacionados na Nota 7.1.

**3.4.2 Impairment de ativos financeiros**
**(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia tempestivamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria.
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; ou (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros dos respectivos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**3.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, novamente mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. Além disso, também é documentada a avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das variações originadas pelos itens a serem protegidos.

**Hedge de fluxo de caixa**

Os ganhos e perdas dessas operações são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e contemplam as variações cambiais geradas pelo instrumento de proteção. Esses ganhos e perdas são reclassificados para a demonstração do resultado (na linha de “Receita bruta de vendas”) no mesmo momento em que o fluxo de caixa protegido afeta o resultado, ou seja, quando ocorre a exportação prevista que é protegida pelo *hedge*. No entanto, se a Companhia espera que a parcela ou a totalidade da perda, reconhecida originalmente em resultados abrangentes, não seja recuperada, todo esse montante é imediatamente reclassificado para o resultado.

Além disso, a Companhia avalia trimestralmente a efetividade retrospectiva e prospectiva dessa operação e, como consequência, reconhece os respectivos efeitos contábeis em conformidade com o IAS 39 e CPC 38.

A parcela não efetiva do relacionamento de *hedge* entre o item protegido e seu instrumento de proteção é contabilizada diretamente no resultado.

Quando um instrumento de *hedge* prescreve, é vendido, ou liquidado antes de ocorrer a exportação objeto de *hedge*, ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio líquido naquele momento permanece inalterado até o momento em que a transação prevista ocorrer, quando então esse ganho ou perda é reclassificado para a demonstração do resultado. Quando não se espera que a transação anteriormente prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido reconhecida no patrimônio líquido é imediatamente transferida para a demonstração do resultado.

A estratégia de proteção de parte dos fluxos de recebíveis decorrentes da exportação de fumo, no âmbito do conceito do *“hedge de fluxo de caixa”*, foi iniciada em 30 de junho de 2011 - momento de negociação da safra de 2011 - e repercutida na negociação da safra corrente, conforme detalhado nas Notas 7.3 e 7.5.

**3.6 Contas a receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas com créditos, se necessária.

A provisão para perdas com créditos (*impairment*) é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

**3.7 Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques “custo médio ponderado”. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando aplicável.

**3.8 Outros ativos circulante e não circulante**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidos.

**3.9 Imobilizado**

Demonstrado ao custo combinado com os seguintes aspectos:

- A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens, com exceção dos terrenos que não são depreciados, considerando um turno de 08 horas através das seguintes taxas:

	Taxas anuais de depreciação - %	Vida útil (em anos)
Edifícios	4	25
Máquinas e Equipamentos (a)	10 - 20	10 - 5
Instalações	10	10
Móveis e Utensílios	10	10
Veículos	20	5
Equipamento de Processamento de Dados	20	5

- (a) As taxas de depreciação podem ser aceleradas visto a necessidade de operar em tempo superior a um turno de oito horas diárias, principalmente na época de processamento da safra de fumo e aumento na demanda de produção de cigarros, podendo com isso chegar até 20% em determinadas máquinas. Para estas situações são aplicados os coeficientes 1,0 - um turno, coeficiente 1,5 - dois turnos e coeficiente 2,0 - três turnos.

• Perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando aplicável - veja Nota 4.1. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

- Custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como componentes específicos, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses componentes forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, sendo baixados os saldos residuais dos componentes substituídos.
- Reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.
- Valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
- Ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (receitas) despesas, líquidas” na demonstração do resultado.

**3.10 Intangível**

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de 5 anos.

Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

**3.11 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa**

Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisados pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. O teste de recuperabilidade dos ativos é baseado nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada desses ativos. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

**3.12 Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios). Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**3.13 Empréstimos e financiamentos**

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

**3.14 Provisões para contingências**

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

**3.15 Outros passivos circulante e não circulante**

Outros passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva.

**3.16 Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem a parcela corrente e diferida desses tributos. Os impostos sobre a renda que encontram-se dentro do escopo do CPC 32 e do IAS 12, são o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias de cada país, nas datas dos balanços em que as controladas e as entidades com operações em conjunto da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e as fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

**3.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

O estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo Adicional Proposto”. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

**3.18 Subvenção governamental**

As subvenções fiscais para investimento, destinadas à aquisição de ativo imobilizado, vêm sendo diferidas e reconhecidas na demonstração do resultado do exercício com base no saldo acumulado dessas subvenções, à medida que as despesas de depreciação do respectivo ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

**3.19 Informações sobre segmentos**

A apresentação dos segmentos operacionais da Companhia considerou (i) a classificação utilizada pelo “tomador de decisões operacionais” – a diretoria da Companhia - quando das análises de resultado; (ii) a existência de informações financeiras para o segmento; (iii) o agrupamento de segmentos com características, riscos e retornos semelhantes entre eles; e (iv) a materialidade e relevância das informações por segmento.

Informações sobre segmentos são apresentadas em consonância com a estrutura dos segmentos de negócio e dos relatórios internos analisados pela Administração da Companhia.

**3.20 Benefícios a empregados**
**• Benefícios de rescisão**

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

**• Participação nos resultados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

**• Remuneração com base em ações**

A Companhia oferece a empregados e executivos planos de remuneração fixa e variável os quais possuem uma parcela referenciada ao preço das ações do acionista controlador, não havendo, no entanto, entrega/emissão de ações para liquidação. Esses valores são reconhecidos como despesa (2013 - R\$ 15,8 - 2012 - R\$ 23,7), tendo como contrapartida uma provisão a pagar ao empregado. - Na data do balanço, a Companhia revisa essas estimativas de benefício que são integralmente liquidadas em dinheiro.

**3.21 Plano de pensão para benefícios a empregados - Obrigações de aposentadoria**

A Companhia é patrocinadora de planos de pensão para seus funcionários. Os custos de patrocínio dos planos e eventuais déficits (superávits) são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis (CPC 33), aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**(a) Plano de benefício definido**

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos de imposto de renda aplicáveis. Para o plano que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas, de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada - Projected Unit Credit Method - PUC, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial, quando aplicável, com relação ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data de balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos (positivo, quando novos benefícios são introduzidos/melhorados ou negativo, quando os benefícios existentes são reduzidos) são lançados imediatamente no resultado, quando surgem. As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo e esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos é utilizado pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

A Companhia reconhece, de forma imediata em Outros Resultados Abrangentes, os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência (efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o efetivamente ocorrido) e nas mutações das premissas atuariais. As principais premissas, hipóteses e métodos de cálculos atuariais utilizadas para o plano estão apresentadas na Nota 28 (a).

**(b) Plano de contribuição definida**

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 23).

**3.22 Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

**4 Estimativas contábeis críticas**

Estimativas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados quanto (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos e complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

As seguintes estimativas, derivadas de experiência histórica e de vários outros fatores que a Administração julga como razoáveis e relevantes, sob certas circunstâncias, foram classificadas como sendo as de maior complexidade quando da preparação dessas demonstrações financeiras:

**4.1 Provisão para perdas com créditos (impairment)**

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela Administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

**4.2 Vida útil dos ativos de longa vida**

A depreciação ou amortização dos ativos de longa vida considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização dos ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

**4.3 Plano de pensão para benefícios a empregados - obrigações de aposentadoria**

O valor atual do plano de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, que estão divulgadas na Nota 28. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

**4.4 Provisões para contingências**

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

**4.5 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos**

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, utilizados para proteção do fluxo de caixa futuro decorrente das exportações de fumo (Nota 7.3), é calculado utilizando-se uma taxa de desconto equivalente à taxa do CDI, ou seja, aproximadamente 9.5% a.a.

**5 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de normas**

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas com vigência a partir de 2013:

- IAS 19 - “Benefícios a Empregados”, alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - “Benefícios a Empregados”. A norma passou a ser aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e o principal impacto foi a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, o que não trouxe impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em despesa contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015 e não foi adotada de maneira antecipada pela Companhia.

- IFRS 13 “Mensuração de valor justo”, emitido em maio de 2011. A norma tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade nas divulgações requeridas pelos IFRSs, essa alteração foi incluída no texto no CPC 46 - “Mensuração do valor justo”. As exigências não aumentam o uso do valor justo na contabilidade, porém orienta como deve ser aplicado quando seu uso for requerido ou permitido por outra norma. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e há uma isenção para aplicação das novas exigências de divulgação para períodos comparativos.

- Em 2012, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (IFRS 11 - *Joint Arrangements*) cuja aplicação passou a ser requerida desde 1º de janeiro de 2013. Por consequência da adoção antecipada deste pronunciamento, a Companhia também adotou antecipadamente em 2012 os Pronunciamentos Técnicos CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*) e CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

**continuação**

O Grupo aplica o IFRS 13/CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
  - Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
  - Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- Os quadros a seguir apresentam os valores contábeis e justos dos referidos ativos e passivos e o nível da hierarquia do valor justo:

	Nível de classificação	2013		2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis:</b>	<b>2</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		1.391,7	1.391,7	1.301,4	1.301,4
Contas a receber (Nota 9)		649,5	649,5	617,8	617,8
Créditos com Partes Relacionadas (Nota 7.4)		872,7	872,7	1.043,8	1.043,8
Outros ativos		64,6	64,6	29,4	29,4
		<b>2.978,5</b>	<b>2.978,5</b>	<b>2.992,4</b>	<b>2.992,4</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>	<b>2</b>				
Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Nota 17)		(843,5)	(843,5)	(969,9)	(969,9)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 17)		(16,7)	(16,7)	(12,0)	(12,0)
Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) (Nota 17)		(81,7)	(81,7)	(194,4)	(194,4)
Fornecedores		(525,0)	(525,0)	(370,2)	(370,2)
		<b>(1.466,9)</b>	<b>(1.466,9)</b>	<b>(1.546,5)</b>	<b>(1.546,5)</b>

	Nível de classificação	2013		2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:</b>	<b>2</b>				
Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) (Nota 17)		-	-	(17,2)	(17,2)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.3b)		(12,3)	(12,3)	3,2	3,2
		<b>(12,3)</b>	<b>(12,3)</b>	<b>(14,0)</b>	<b>(14,0)</b>

	Nível de classificação	2013		2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis:</b>	<b>2</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		1.368,3	1.368,3	1.291,0	1.291,0
Contas a receber (Nota 9)		627,7	627,7	603,4	603,4
Outros ativos		49,3	49,3	27,4	27,4
		<b>2.045,3</b>	<b>2.045,3</b>	<b>1.921,8</b>	<b>1.921,8</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>	<b>2</b>				
Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Nota 17)		(843,5)	(843,5)	(969,9)	(969,9)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 17)		(16,7)	(16,7)	(12,0)	(12,0)
Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) (Nota 17)		(81,7)	(81,7)	(194,4)	(194,4)
Fornecedores e outras contas a pagar		(509,6)	(509,6)	(354,9)	(354,9)
		<b>(1.451,5)</b>	<b>(1.451,5)</b>	<b>(1.531,2)</b>	<b>(1.531,2)</b>

	Nível de classificação	2013		2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:</b>	<b>2</b>				
Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) (Nota 17)		-	-	(17,2)	(17,2)
Instrumentos Financeiros Derivativos - (Nota 7.3b)		(12,3)	(12,3)	3,2	3,2
		<b>(12,3)</b>	<b>(12,3)</b>	<b>(14,0)</b>	<b>(14,0)</b>

O valor contábil dos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 3,2, consolidado e controladora, encontra-se classificado no balanço patrimonial na rubrica "Outros" do ativo circulante.

**7.3 Instrumentos financeiros não derivativos e derivativos**  
A exemplo da estratégia de proteção de parte dos fluxos de recebíveis decorrentes da exportação de fumo, elaborada pela Administração desde 2011 à luz do conceito do "hedge de fluxo de caixa", em 28 de junho de 2013 um novo fluxo de embarques foi renegociado e firmado com a empresa do Grupo BAT denominada British American Tobacco (GLP) Limited até janeiro de 2015. Adicionalmente, em 2013 a Companhia também firmou contrato de exportação de fumo com a empresa China Tobacco International INC. Dessa forma, a Companhia optou por mitigar a volatilidade cambial dos recebíveis por meio de uma estratégia de hedge de fluxo de caixa composta de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) e contratos a termo de venda de moeda estrangeira (USD) - operações de NDF (Non Deliverable Forward).

**(a) Não derivativo**  
Nesse contexto, as variações cambiais dos instrumentos financeiros não derivativos representados por contratos de ACC (instrumentos de proteção) foram inicialmente contabilizadas no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" e, reclassificadas ao resultado do exercício no momento em que os recebíveis de exportações de fumo (item protegido) impactam o resultado, ou seja, no momento em que ocorrem os embarques.

A parcela correspondente às exportações de fumo contratadas em junho de 2013, objeto de proteção, corresponde a USD 150 milhões com o GLP e USD 86 milhões de embarques para o mercado da China, ambas protegidas por contratos de ACC.

**(b) Derivativo**  
Conforme mencionado acima, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos em junho de 2012, junho e setembro de 2013 através de operações de NDF (Non Deliverable Forward) para mitigar a volatilidade cambial de parcela do fluxo de recebíveis de exportações de fumo pelo novo fluxo de embarque da safra 2013. As principais características desses novos instrumentos e dos instrumentos anteriores, podem ser resumidas como segue:

Derivativo	Instituição Financeira	Rating banco	Data de Contrato	Data de Vencimento	Taxa a Termo	Montante		Valor justo	Variação para o valor justo
						USD			
						R\$			
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	27/02/13	2,0926	20,1	42,1	41,4	0,7
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	27/03/13	2,0997	23,1	48,5	47,8	0,7
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	29/04/13	2,1078	23,8	50,2	49,6	0,6
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	29/05/13	2,1158	24,5	51,8	51,3	0,5
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	27/06/13	2,1229	19,8	42,0	41,6	0,4
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	29/06/12	30/07/13	2,1313	13,8	29,4	29,1	0,3
				<b>Saldo em 2012</b>					<b>3,2</b>
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	26/09/13	02/01/14	2,2824	9,0	20,5	21,2	(0,7)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/02/14	2,3253	27,0	62,8	64,1	(1,3)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/03/14	2,3377	27,0	63,1	64,5	(1,4)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	28/04/14	2,3537	26,0	61,2	62,4	(1,2)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	28/05/14	2,3691	24,0	56,9	58,1	(1,2)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/06/14	2,3836	18,0	42,9	43,8	(0,9)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	29/07/14	2,4018	19,0	45,6	46,6	(1,0)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	27/08/14	2,4176	18,0	43,5	44,5	(1,0)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/09/14	2,4363	15,0	36,5	37,3	(0,8)
NDF	Banco HSBC Brasil S.A. - Banco Múltiplo	Baa2	28/06/13	28/10/14	2,4506	15,0	36,8	37,6	(0,8)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	26/11/14	2,4666	13,0	32,1	32,8	(0,7)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	19/12/14	2,4856	11,0	27,3	27,9	(0,6)
NDF	Banco do Brasil S.A.	Baa2	28/06/13	28/01/15	2,5046	14,0	35,1	35,8	(0,7)
				<b>Saldo em 2013</b>					<b>(12,3)</b>

Todas essas operações encontram-se devidamente registradas na CETIP S.A. A tabela a seguir indica os períodos em que os fluxos de caixa associados com o hedge de fluxo de caixa deverão ocorrer e o valor justo relacionado ao instrumento de hedge:

Instrumento de Hedge	2013				2012				
	Valor Justo	Fluxo de caixa esperado	até 2 meses	2-12 meses	1-2 anos	Valor Justo	Fluxo de caixa esperado	até 2 meses	2-12 meses
Non Deliverable Forward-NDF	576,6	552,9	84,3	435,7	32,8	260,8	255,6	41,1	214,5

A Companhia reconhece no resultado os efeitos dos instrumentos de hedge registrados no patrimônio líquido no momento do embarque do fumo (objeto do hedge) que ocorre geralmente um mês antes do recebimento das vendas e coincide com o vencimento dos instrumentos de hedge.

A tabela a seguir indica os períodos em que os fluxos de caixa associados com o hedge de fluxo de caixa deverão impactar o resultado e o valor justo relacionado ao instrumento de hedge:

Instrumento de Hedge	2013				2012				
	Valor Justo	Fluxo de caixa esperado	até 2 meses	2-12 meses	1-2 anos	Valor Justo	Fluxo de caixa esperado	até 2 meses	2-12 meses
Non Deliverable Forward-NDF	555,4	531,8	63,3	468,5	-	260,8	255,6	41,1	214,5

A parcela do hedge de fluxo de caixa que afeta o resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está divulgada na Nota 7.5.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, essa estratégia de hedge se mostrou efetiva, tanto prospectivamente quanto retrospectivamente.

	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Yolanda Netherlands B.V. (a)	872,7	1.043,7		
Brascuba Cigarrillos, S.A. (b)	21,3	4,4		
	<b>894,0</b>	<b>1.048,1</b>		
<b>Circulante</b>	872,7	299,2		
<b>Não Circulante</b>	21,3	748,9		

**(a) Yolanda Netherlands B.V.**  
Conforme mencionado na Nota 1, a operação de venda da Yolanda Netherlands B.V. foi liquidada pelo GLP junto à subsidiária direta Yolanda Participações da seguinte forma:

(a) pagamento em caixa no valor de R\$ 285 e (b) emissão de seis letras descontadas, no valor total de R\$ 1.088, atualizados a taxa pré-fixada, cujos vencimentos e valores individuais são como segue:

Datas de vencimento	Valores de principal em jun/12		Valores de resgate		Valores dos juros		Saldos em 2013		Saldos em 2012	
	USD	R\$	USD	R\$	USD	R\$	USD	R\$	USD	R\$
27/07/2012	33,0	66,7	33,0	-	-	-	-	-	-	-
29/05/2013	145,0	293,0	147,7	2,7	-	-	-	-	299,1	-
27/03/2014	98,0	198,0	101,9	3,4	237,4	202,5	-	-	-	-
27/06/2014	84,0	169,7	87,8	2,9	203,5	173,6	-	-	-	-
29/09/2014	63,0	127,3	66,2	2,2	152,6	130,2	-	-	-	-
29/12/2014	115,3	233,0	121,9	3,9	279,2	238,3	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>538,3</b>	<b>1.087,7</b>	<b>558,5</b>	<b>15,1</b>	<b>872,7</b>	<b>1.043,7</b>				

**(b)** Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela controlada indireta Yolanda Participações S.A. na operação em conjunto Brascuba.

	USD milhões		R\$ milhões			
	Saldo	Resultado	Patrimônio líquido		Resultado	
			2013	2012	2013	2012
<b>Hedge da volatilidade gerada pelos contratos de exportação:</b>						
ACC	-	-	-	-	-	(20,3)
NDF (Non Deliverable Forward)	-	-	-	-	-	(68,3)
<b>Hedge de fluxo de caixa:</b>						
ACC	-	103,6	(10,0)	(4,3)	(13,5)	(20,4)
NDF (Non Deliverable Forward)	236,0	125,1	(10,1)	3,2	1,9	(24,4)
Trava de câmbio	-	-	-	-	-	(4,0)
<b>Total</b>	<b>236,0</b>	<b>228,7</b>	<b>(20,1)</b>	<b>(1,1)</b>	<b>(11,6)</b>	<b>(137,4)</b>

**7.6 Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros**

Em complemento às análises de risco mencionadas na Nota 6 e em conformidade com a Instrução CVM Nº 475/08, apresentamos abaixo "Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na

variação do valor justo" dos principais instrumentos financeiros, considerando-se que o principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de câmbio.

Operação	Valor exposto (USD mil)	Ganho (Perda) no resultado - R\$ milhões		
		Cenário Provável taxa spot R\$/US\$ 2,45	Cenário Possível - Depreciação do US\$ em 25%	Cenário Remoto - Depreciação do US\$ em 50%
Contas a receber de exportação	56,7	6,1	(33,2)	(66,4)
Fluxo de embarque de fumo	236,0	25,5	(138,2)	(276,4)
Contas a receber-letas descontadas (Nota 7.4)	372,7	40,2	(218,2)	(436,4)
Financiamentos para exportação de fumo (Nota 17)	(359,9)	(38,9)	210,9	421,7
	<b>305,5</b>	-	-	-
<b>Instrumentos de hedge</b>				
ACC - contas a receber	236,0	(25,5)	138,2	276,4
NDF - fluxo de embarque de fumo	<b>236,0</b>	-	-	-
		<b>7,5</b>	<b>(40,5)</b>	<b>(81,0)</b>

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e Bancos	184,9	200,8	178,8	194,5
Aplicações em debêntures com compromisso de recompra	820,4	571,6	810,0	567,5
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	73,3	378,7	73,3	378,7
Fundos de Investimentos	313,1	150,3	306,2	150,3
	<b>1.391,7</b>	<b>1.301,4</b>	<b>1.368,3</b>	<b>1.291,0</b>

Referem-se a títulos de liquidez imediata mantidos com instituições financeiras que possuem classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos. As aplicações em debêntures com compromisso de recompra e os Certificados de Depósitos Bancários são vinculados a taxas que variam entre 100% e 101,6% do CDI.

Do saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa, R\$ 8,8 (2012 - R\$ 7,8) referem-se a recursos mantidos em moeda estrangeira.

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
<b>Circulante</b>				
Clientes Terceiros	723,5	656,6	702,8	642,1
Clientes Cias do Grupo BAT	179,0	102,8	179,0	102,8
Adiantamentos sobre Cambiais Entregues	(254,6)	(141,4)	(254,6)	(141,4)
Contas a Receber de Agricultores	11,2	11,1	11,2	11,1
Outras	1,1	6,4	1,2	6,3
	<b>660,2</b>	<b>635,5</b>	<b>639,6</b>	<b>620,9</b>
Provisão para Impairment	(13,3)	(19,8)	(13,2)	(19,3)
	<b>646,9</b>	<b>615,7</b>	<b>626,4</b>	<b>601,6</b>
<b>Não Circulante - Contas a Receber de</b>				
Agricultores e Outros	2,5	2,1	1,3	1,8
Parcela do saldo				

**continuação**

(a) Os reajustes de preços dos cigarros promovidos em 2013 a fim de compensar os aumentos médios do IPI de 18% a partir de 1º de janeiro de 2013 e de 15% a partir de 1º de janeiro de 2014, além do próprio aumento da alíquota, contribuíram substancialmente para o crescimento da posição em 2013.

**17 Empréstimos e financiamentos**

Circulante	Encargos	Consolidado		Controladora	
		2013	2012	2013	2012
<b>Moeda Nacional</b>					
Capital de Giro		16,8	12,0	16,8	12,0
<b>Moeda estrangeira</b>					
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) US\$ 34 milhões (2012 - US\$ 104 milhões)	0,8% a.a. (2012 - 1,10% a.a.)	81,7	211,6	81,7	211,6
Financiamento para exportação de fumo captado da Yolanda Netherlands B.V. (Notas 01 e 29) US\$ 265 milhões (2012 - US\$ 125 milhões)	6% a.a. (2012 - 6% a.a.)	620,5	248,8	620,5	248,8
	+variação cambial	<b>719,0</b>	<b>472,4</b>	<b>719,0</b>	<b>472,4</b>

**Não Circulante**

Circulante - Capital de giro e ACC - em milhões	Instituições financeiras:	Vencimento	2013		2012	
			2013	2012	2013	2012
Banco Bradesco S.A.		1 -> 3 meses	4,7		20,0	
Banco Bradesco S.A.		Até 1 ano	-		6,2	
Banco Citibank S.A.		Até 1 ano	-		10,5	
Banco do Brasil S.A.		1 -> 3 meses	41,8		20,9	
Banco Santander Brasil S.A.		1 -> 3 meses	11,7		-	
Banco Itaú BBA S.A.		1 -> 3 meses	-		38,9	
Banco Itaú BBA S.A.		Até 1 ano	16,7		12,0	
Banco JP Morgan		1 -> 3 meses	23,6		57,4	
Banco J.P. Morgan		Até 1 ano	-		57,7	
			<b>98,5</b>		<b>223,6</b>	
<b>Yolanda Netherlands B.V. - circulante e não circulante</b>						
		Até 1 ano	620,5		248,8	
		1 - 2 anos	223,0		526,7	
		2 - 3 anos	-		194,4	
			<b>843,5</b>		<b>969,9</b>	
			<b>942,0</b>		<b>1.193,5</b>	

Em 31 de dezembro de 2013, o limite de créditos não utilizados junto às instituições financeiras montava R\$ 35 (R\$ 196 em 2012). Os adiantamentos de contrato de câmbio têm como garantia os contratos de exportação. Os empréstimos para capital de giro são para suprir necessidades temporárias de caixa e têm como garantia cédula de crédito bancário. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

**18 Provisões para contingências e depósitos judiciais**

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda.

**(a) Composição consolidada das provisões para contingências**

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>98,5</b>	<b>9,2</b>	<b>45,0</b>	<b>152,7</b>
Adições e reversões	(3,1)	32,0	4,8	33,7
Baixas por pagamento	(2,1)	-	(11,5)	(13,6)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>93,3</b>	<b>41,2</b>	<b>38,3</b>	<b>172,8</b>
Adições e reversões	7,3	(16,7)	7,1	(2,3)
Baixas por pagamento	(0,2)	(21,5)	(13,5)	(35,2)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>100,4</b>	<b>3,0</b>	<b>31,9</b>	<b>135,3</b>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam R\$ 1.622 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 394) relacionados às principais disputas em processos administrativos e judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível.

**(b) Composição consolidada dos depósitos judiciais**

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>166,6</b>	<b>1,1</b>	<b>29,9</b>	<b>197,6</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>193,0</b>	<b>1,1</b>	<b>29,2</b>	<b>223,3</b>

**(c) Comentários sobre os principais processos envolvendo a Companhia e suas controladas**

**I. Tributação de Lucros auferidos no exterior - Probabilidade de perda: Possível**  
 Em 2003, a Controlada Yolanda Participações ("Yolanda") impetrou mandado de segurança questionando a constitucionalidade do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158/2001, que instituiu no ordenamento jurídico a sistemática de tributação automática dos lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior, independentemente da efetiva distribuição desses lucros no Brasil, assim como a tributação dos lucros acumulados até o ano-calendário 2002 pela empresa nacional. Em 1ª instância, foi proferida decisão parcialmente favorável à Yolanda, que afastou a tributação dos lucros acumulados pela empresa até o ano-calendário 2002. Essa decisão foi mantida em 2ª instância e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos especial e extraordinário apresentados pela Yolanda e pela União Federal. Paralelamente, a Receita Federal lavrou dois autos de infração contra a Yolanda, englobando os lucros auferidos pelas controladas no exterior Yolanda Netherlands ("Netherlands") e Brasuca entre os anos-calendários 2004 a 2006 e 2007 a 2008, no valor total de R\$ 720.  
**(i) Autuação 2004-2006 (R\$ 476):** Em 1ª instância, foi proferida decisão parcialmente favorável à Yolanda, que cancelou a tributação referente à Brasuca e, em relação à Netherlands, afastou apenas a parcela da autuação correspondente ao IRPJ (mantendo a CSLL). Em 2ª instância, essa decisão foi reformada para afastar apenas a tributação relativa à Brasuca. Atualmente, aguarda-se a intimação da empresa para apresentação de recurso ainda na esfera administrativa.  
**(ii) Autuação 2007-2008 (R\$ 244):** Em 1ª instância, foi proferida decisão favorável à Yolanda, cancelando integralmente a exigência fiscal. Em 2ª instância, essa decisão foi confirmada e, atualmente, aguarda-se a eventual apresentação de recurso por parte da União Federal. A avaliação dos advogados externos responsáveis pela condução dos processos e da Administração da Companhia, em 2013, é de que as questões de fato e de direito levantadas pela empresa são consistentes e, portanto, as chances de perda da Yolanda são possíveis.

**II. Imposto de renda e contribuição social sobre a correção monetária da conta redutora de patrimônio líquido instituída pelo artigo 7º da Lei nº 7.799/89 - R\$ 34,6 - Probabilidade de perda: Possível**  
 Ação que visa a declaração da inexistência de relação jurídica entre diversas autoras, dentre elas a Souza Cruz, e a União Federal no que se refere à obrigação de se pagar imposto de renda e contribuição social sobre a correção monetária da conta redutora de patrimônio líquido instituída pelo artigo 7º da Lei nº 7.799/89. A utilização dessa conta contábil teve por objetivo registrar os dividendos intermediários distribuídos no curso do ano de 1989. A expectativa de perda em relação a esse processo é considerada possível pelos consultores jurídicos.

**III. ICMS - Imunidade de papel - R\$ 55 - Probabilidade de perda: Possível**  
 Ação de débito fiscal em pedido de anulação do efeito da tutela com o objetivo de suspender a exigibilidade de crédito tributário de ICMS. Esse processo foi inicialmente ajuizado pela empresa Schweitzer-Mauduit, que já pertenceu ao grupo Souza Cruz sob a denominação Indústrias de Papel Pirahyá S.A., sendo a responsabilidade atribuída, por contrato de compra e venda, à Souza Cruz. A responsabilidade da Companhia se fundamenta na obrigação de fazer considerando-se o que fora acordado neste contrato de compra e venda da empresa. Em 06 de novembro de 2003, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela empresa. Houve interposição de recurso de apelação pelo Estado do Rio de Janeiro, ao qual foi negado provimento. Contra o respectivo acórdão, o Estado interpsu recurso extraordinário, que foi inadmitido. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo Estado. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

**IV. IPI sobre cigarros sinistrouros - R\$ 38,8 - Probabilidade de perda: Possível**  
 As autoridades fiscais autuaram a Souza Cruz pelo não recolhimento do IPI sobre operações de vendas de cigarros que não se concretizaram por conta do roubo dos produtos antes da entrega ao cliente. Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela empresa. Em face dessa sentença, a União Federal interpsu recurso de apelação, ao qual, por maioria de votos, foi dado provimento. Contra o respectivo acórdão, foram opostos embargos infringentes, ainda pendentes de julgamento no TRF-2. Objetivando garantir a execução fiscal correlata, em novembro de 2011 e em outubro de 2013, foram realizados depósitos judiciais no montante total envolvido neste processo. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

**V. Taxa ANVISA de inspeção sanitária - Probabilidade de perda: Provável**  
 A Companhia, suportada por mandado de segurança, vem depositando judicialmente os valores cobrados pela ANVISA a título da taxa de inspeção sanitária exigida no registro e renovação de produtos. Por entender que as possibilidades de perda nessa discussão são prováveis, esses valores se encontram provisionados. Em 31 de dezembro de 2013, o valor total provisionado corresponde a R\$ 64 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 58).

**VI. Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) - R\$ 24 - Probabilidade de perda: Possível**  
 O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entende que a Companhia deveria recolher o SAT em alíquota superior, enquanto a Companhia pretende a declaração da validade do seu auto enquadramento, considerando o grau de risco de cada uma de suas Unidades. A sentença que julgou improcedente o pedido da Companhia foi recentemente anulada, sendo determinado o retorno dos autos à origem para realização de pericia judicial e novo julgamento. A Companhia apresentou quesitos e indicou assistente técnico para início da pericia, tendo o INSS apresentado impugnação ao valor da pericia. No momento, aguarda-se a apreciação do Juízo. A questão do auto enquadramento para fins de incidência do SAT, é matéria que possui entendimento jurisprudencial favorável à tese da Companhia, tendo sido, inclusive, consignado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região essa possibilidade no caso concreto, por ocasião do julgamento do recurso de apelação da Companhia. Além disso, a partir do Decreto 6.957/2009, a Companhia passou a ter reconhecido o grau de risco 2 (fabricação de cigarros), exatamente o grau de risco defendido na ação proposta. A probabilidade de perda dessa ação é considerada possível pelos consultores jurídicos.

**VII. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) - Diferencial do SAT - R\$ 60 - Probabilidade de perda: Possível**  
 Em que pese o entendimento jurídico acerca dessa matéria, conforme descrito no item anterior, a Companhia foi autuada pela Delegacia da Receita Previdenciária de São Paulo, objetivando a constituição e recebimento do diferencial do SAT, apurado no período de 01/1994 a 01/2004. Essa notificação foi julgada improcedente em 1ª instância e, no momento, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Após interposição de Recurso Voluntário pela Companhia, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência. A tese defendida pela Companhia, qual seja, de auto enquadramento no grau de risco médio, sob a alíquota de 2% e não de 3%, encontra consonância com os investimentos realizados pela Companhia, na área de prevenção de acidentes, o que lhe garantiria o direito a revisão do enquadramento do seu grau de risco, conforme entendimento do Judiciário Brasileiro sobre a matéria. Além disso, a partir do Decreto 6.957/2009, a Companhia passou a ter reconhecido o grau de risco 2 (fabricação de cigarros), exatamente o grau sempre defendido pela Companhia. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

**(d) Responsabilidade pelo fato do produto**  
 Em 31 de dezembro de 2013, havia 187 processos (em 31 de dezembro de 2012 - 206 processos) dessa natureza em andamento. De acordo com opiniões dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda das ações é considerada remota, não sendo requerida uma provisão referente à responsabilidade pelo fato do produto. Em 31 de dezembro de 2013, o Judiciário Brasileiro havia proferido decisões em 560 casos (em 31 de dezembro de 2012 - 530 casos), dos quais 557 (em 31 de dezembro de 2012 - 526) foram favoráveis à Companhia, e 3 (em 31 de dezembro de 2012 - 4) desfavoráveis (pendentes de recurso). Todos os 473 casos encerrados com decisões definitivas (em 31 de dezembro de 2012 - 442) são favoráveis aos argumentos de defesa da Companhia.

**19 Incentivos Fiscais**

Referem-se a benefícios que vêm sendo concedidos desde 1997, com base no programa estadual de incentivos fiscais do ICMS - Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) do Estado do Rio Grande do Sul, para a construção da fábrica de cigarros na cidade de Cachoeirinha, município da região metropolitana de Porto Alegre, e da Usina de Processamento de Fumo, na cidade de Santa Cruz do Sul. Esses benefícios terminaram em junho de 2005. Em agosto de 2005, o Programa foi estendido para contemplar a transferência para Cachoeirinha do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPD) e do Departamento Gráfico (DG), sediados no Rio de Janeiro naquela época, além da construção de nova linha de processamento de talos de folhas de fumo na cidade de Santa Cruz do Sul. Esses benefícios se encerraram em 30 de abril de 2013 conforme previsto nos protocolos assinados com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Os valores referentes a subsídios do Governo são registrados em conta do passivo, com apropriação para o resultado baseado na realização do correspondente ativo incentivado. Durante o exercício de 2013, foram registrados na conta "Incentivos Fiscais" no passivo não circulante o montante de R\$ 26,6 (2012 - R\$ 22,3) relativos à entradas de incentivos fiscais e realizado ao resultado do exercício o montante de R\$ 64,7 (2012 - R\$ 69,7), perfazendo um saldo de R\$ 270,0 (em 31 de dezembro de 2012 - R\$ 308,1). O montante realizado é reconhecido no resultado do exercício na rubrica "Outras (Receitas) Despesas, Líquidas".

**20 Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**  
 O Capital Social é composto de 1.528.450.500 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2013		2012	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
<b>Controle Acionário:</b>	<b>1.150.381.890</b>	<b>75,3%</b>	<b>1.150.381.890</b>	<b>75,3%</b>
British American Tobacco International (Holdings) B.V.	1.150.381.890	75,3%	1.150.381.890	75,3%
<b>Acionistas Minoritários:</b>	<b>378.068.610</b>	<b>24,7%</b>	<b>378.068.610</b>	<b>24,7%</b>
Domiciliados no Exterior	252.639.203	16,6%	249.385.035	16,3%
Pessoas Físicas	101.441.651	6,6%	103.265.047	6,8%
Pessoas Jurídicas	23.987.756	1,6%	23.420.528	1,6%
	<b>1.528.450.500</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.528.450.500</b>	<b>100,0%</b>

**(b) Reservas de lucros**

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.  
**(ii) Reserva estatutária para manutenção de capital de giro**  
 Constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e a manutenção dos estoques da Companhia, assim como possibilitar a compra de safra futura de fumo. O estatuto da Companhia determina que essa reserva pode ser constituída em valor de até 30% do lucro líquido do exercício e o seu saldo não poderá exceder a 80% do capital social.  
**(iii) Reserva de incentivos fiscais**  
 O valor dos incentivos fiscais realizados no resultado está sendo destinado à conta de "Reserva de Lucros - Incentivos Fiscais" no patrimônio líquido ao final de cada exercício.

**(c) Remuneração dos acionistas**

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei Societária. Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 819,3 (R\$ 0,536 por ação) com base no lucro apurado no exercício de 2013, a ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas, o qual foi alocado à reserva "Dividendo Adicional Proposto", conforme disposto na Deliberação CVM nº 601/2009. Esses dividendos serão reconhecidos no passivo quando houver aprovação em 19 de março de 2014 pela Assembleia. Assim, consideramos os juros sobre o capital próprio (JCP) de R\$ 26,1 declarados em dezembro de 2013 e a remuneração intermediária (CP e dividendos) paga durante o ano de R\$ 784,6, a remuneração total dos acionistas por conta dos lucros obtidos no exercício de 2013 totalizara R\$ 1.630,0 (cerca de R\$ 1,07 por ação), representando 96% do lucro líquido consolidado do exercício de 2013. Os dividendos propostos e os juros sobre o capital próprio declarados em dezembro de 2013 serão atualizados pela taxa SELIC a partir de 02 de janeiro de 2014 até a data dos seus respectivos pagamentos.

	2013		2012	
	R\$ Milhões	R\$ por ação	R\$ Milhões	R\$ por ação
<b>Lucro líquido do exercício (controladora)</b>	<b>1.694,3</b>	<b>1,11</b>	<b>1.640,7</b>	<b>1,07</b>
<b>Destinações e Alocações:</b>				
Realização de incentivos fiscais	(64,7)	(0,04)	(69,7)	(0,05)
Realização de reserva de manutenção de capital de giro	(0,6)	-	-	-
Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	-	-	(18,3)	(0,01)
Reversão de dividendos prescritos	1,0	-	1,2	-
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>1.630,0</b>	<b>1,07</b>	<b>1.553,9</b>	<b>1,01</b>
Juros sobre o capital próprio - 1º trimestre	27,7	0,018140	29,7	0,019453
Juros sobre o capital próprio - 2º trimestre	24,9	0,016280	27,3	0,017872
Dividendo intermediário	703,1	0,460000	642,0	0,420000
Juros sobre o capital próprio - 3º trimestre	28,9	0,018930	27,8	0,017400
Juros sobre o capital próprio - complementar	26,1	0,017050	27,8	0,018200
Dividendo adicional proposto	819,3	0,536000	800,5	0,523732
	<b>1.630,0</b>	<b>1,066400</b>	<b>1.553,9</b>	<b>1,016657</b>
	<b>96%</b>		<b>95%</b>	

**Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício consolidado**

	2013		2012	
	R\$ Milhões	R\$ por ação	R\$ Milhões	R\$ por ação
<b>21 Receita líquida das vendas</b>	<b>16.118,9</b>	<b>14.639,5</b>	<b>16.058,0</b>	<b>14.592,8</b>
Receita bruta de vendas	16.118,9	14.639,5	16.058,0	14.592,8
Tributos incidentes sobre vendas	(9.831,5)	(8.508,4)	(9.830,1)	(8.507,3)
<b>Receita líquida das vendas</b>	<b>6.287,4</b>	<b>6.131,1</b>	<b>6.227,9</b>	<b>6.085,5</b>

**22 Despesas por natureza**

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Matéria-prima e materiais	(1.792,3)	(1.649,0)	(1.775,8)	(1.661,8)
Benefícios a empregados (Nota 23)	(902,9)	(828,9)	(900,4)	(826,4)
Despesas com marketing	(317,3)	(335,3)	(311,8)	(330,9)
Serviços de terceiros	(393,2)	(369,3)	(390,8)	(366,9)
Depreciação e amortização	(157,4)	(157,4)	(157,4)	(157,4)
Manutenção e materiais diversos	(154,7)	(140,1)	(154,6)	(140,0)
Energia, água e comunicação	(59,7)	(67,4)	(59,5)	(67,2)
Despesas com viagens	(47,3)	(46,3)	(47,0)	(46,1)
Frete, armazenagens, aduanas e outras	(65,2)	(59,2)	(65,2)	(59,2)
Contingências fiscais e trabalhistas	(15,6)	(9,8)	(15,6)	(9,8)
Outras	(35,2)	(35,2)	(37,2)	(34,9)
Impostos e taxas	(14,7)	(23,6)	(14,6)	(23,5)
Doações e patrocínios (Lei Rouanet, Fundo da criança e outros)	(13,4)	(16,8)	(13,4)	(16,8)
Outras despesas	(58,7)	(80,6)	(56,4)	(50,1)
	<b>(4.030,4)</b>	<b>(3.833,0)</b>	<b>(4.000,2)</b>	<b>(3.804,1)</b>
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(2.265,2)	(2.098,4)	(2.248,9)	(2.085,9)
Despesas com vendas	(913,1)	(914,2)	(909,1)	(909,8)
Despesas gerais e administrativas	(852,1)	(820,4)	(842,2)	(808,4)
	<b>(4.030,4)</b>	<b>(3.833,0)</b>	<b>(4.000,2)</b>	<b>(3.804,1)</b>

**23 Benefícios a empregados**

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Salários, incluindo remuneração variável	(566,7)	(522,5)	(565,2)	(521,1)
Encargos sociais	(197,2)	(199,2)	(196,8)	(199,5)
Benefícios e assistência médica e outros	(124,8)	(98,4)	(124,2)	(97,7)
Planos de pensão	(14,2)	(8,1)	(14,2)	(8,1)
	<b>(902,9)</b>	<b>(828,9)</b>	<b>(900,4)</b>	<b>(826,4)</b>

**24 Outras (receitas) despesas, líquidas**

A composição da linha de "Outras (receitas) despesas, líquidas", apresentada na demonstração do resultado pode ser assim resumida:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
<b>Receitas operacionais:</b>				
Incentivos fiscais (Nota 19)	64,7	69,7	64,7	69,7
Recuperação de tributos e seguros (a)	83,3	49		

continuação

	2013	2012
<b>Reconciliação de direito reembolsável</b>		
<b>Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso</b>		
Limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano anterior	16,3	44,1
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	1,5	4,5
Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso (deduzido dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)	13,0	(32,3)
<b>Limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano</b>	<b>30,8</b>	<b>16,3</b>

	2013	2012
<b>Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa</b>		
Obrigação de benefício definido	591,2	711,6
Valor justo do ativo do plano	622,0	727,9
Situação financeira do plano	<b>(30,8)</b>	<b>(16,3)</b>
Feito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	<b>30,8</b>	<b>16,3</b>
<b>Passivo / (Ativo) líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	2013	2012
<b>Componentes do custo / (receita) de benefício definido</b>		
Custo do serviço:		
Custo do serviço corrente	0,7	1,7
<b>Custo total do serviço</b>	<b>0,7</b>	<b>1,7</b>
Custo líquido dos juros:		
Juros sobre a obrigação de benefício definido	65,3	59,9
Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(66,9)	(80,0)
Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo	1,6	4,6
<b>Custo líquido total dos juros</b>	<b>-</b>	<b>(15,5)</b>

	2013	2012
<b>Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa</b>	<b>0,7</b>	<b>(13,8)</b>
Redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")		
Feito da alteração de premissas demográficas	13,5	-
Feito da alteração de premissas financeiras	(151,2)	72,9
Feito da experiência do plano	3,9	18,6
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) (*)	120,1	(45,2)

	2013	2012
Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)*	13,0	(32,4)
<b>Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")</b>	<b>(0,7)</b>	<b>13,9</b>

	2013	2012
<b>Reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido</b>		
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	0,7	(13,8)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(0,7)	13,8
<b>Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	2013	2012
<b>Segregação da obrigação de benefício definido</b>		
Valor da obrigação de benefício definido pela situação do participante:		
Ativos e Autopatrocínados	32,3	45,9
Diferidos	1,4	1,2
Aposentados e pensionistas	557,5	664,5
<b>Total</b>	<b>591,2</b>	<b>711,6</b>

	2013	2012
<b>Valor justo do ativo</b>		
Valor justo do ativo do plano:		
Instrumentos de patrimônio (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia, etc.)	61,8	72,8
Instrumentos de dívida (segregados por tipo de emissor, qualidade do crédito, geografia, etc.)	552,6	651,4
Imóveis (segregados por geografia, etc.)	7,6	3,6
<b>Total</b>	<b>622,0</b>	<b>727,8</b>

	2013	2012
<b>Total</b>	<b>614,4</b>	<b>724,2</b>

**(c) Informações históricas do Plano de Benefício Definido**

Informações históricas	2013	2012	2011	2010	2009
Obrigação de benefício definido	591,2	711,6	608,0	586,4	557,4
Valor justo do ativo do plano	622,0	727,9	652,1	601,8	576,5
Limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	(30,8)	(16,3)	(44,1)	(15,4)	(19,1)
Feito da alteração de premissas financeiras e da experiência do plano	(147,3)	91,4	6,0	12,7	(3,5)
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	120,1	45,2	31,4	12,0	34,3

O cálculo da obrigação de benefício definido é sensível às premissas utilizadas. A taxa de desconto utilizada para cálculo do passivo do plano (Plano de Benefício Definido) é de 6,4%.

O aumento ou redução nesta premissa ocasionaria os seguintes impactos:

Plano de Benefício Definido	Redução na taxa utilizada	Taxa utilizada	Aumento na taxa utilizada
Obrigação de Benefício Definido	5,65%	6,40%	7,40%
	<b>630,3</b>	<b>591,2</b>	<b>540,6</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições em favor da Fundação, a título de contribuições, custos de pensões e despesas administrativas o montante de R\$ 14,2 (R\$ 8,1 em 2012).

**29 Transações e saldos com partes relacionadas**

As transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas são pactuadas a valores, prazos e demais condições de mercado, quando existentes. A contratação de transações, cujas condições não encontram parâmetro de comparação no mercado, é avaliada tomando-se por base: (i) o interesse e necessidade da Companhia; (ii) custo envolvido levando em consideração: (a) percentual que o valor do serviço representa no custo total das atividades desenvolvidas internamente pela Companhia; (b) benefício agregado à Companhia; (c) contratação de recursos humanos e investimento na infraestrutura da Companhia para realização do serviço internamente.

No que se refere a medidas que visem tratar de conflitos de interesse, a Companhia tem por prática solicitar a consultores externos avaliação prévia dessas transações com o objetivo de garantir o caráter comutativo das condições ali pactuadas.

**(a) Principais relacionamentos entre a controladora e as demais empresas controladas e operações em conjunto (joint operations)**

Sociedades controladas e Operações em conjunto	Receitas		Despesas e Custos		Direitos		Obrigações	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Yolanda Participações S.A.	-	-	-	-	604,0	-	-	-
Yolanda Netherlands B.V. - controlada indireta até 29/06/12 (Notas 1, 17 e 25)	-	-	-	125,3	-	-	-	-
Brascula Cigarrillos, S.A. - operação em conjunto	9,7	6,6	-	-	9,3	5,6	1,4	1,5
	<b>9,7</b>	<b>6,6</b>	<b>-</b>	<b>125,3</b>	<b>613,3</b>	<b>5,6</b>	<b>1,4</b>	<b>1,5</b>

**Direitos:** Valor a receber por restituição de capital em função de redução do capital social da controlada Yolanda Participações ocorrida em 30 de julho de 2013 (Nota 13(b)).

**Obrigações:** Contas a pagar a Brascula Cigarrillos, S.A. decorrentes de reembolsos de despesas inerentes ao negócio.

**Receitas/Custos/Despesas:** Transações comerciais representadas por vendas de produtos, serviços, variações cambiais sobre adiantamentos recebidos/contas a receber da controlada indireta Brascula Cigarrillos, S.A. e variação cambial e encargos sobre financiamento para exportação de fumo com sua controlada indireta Yolanda Netherlands B.V. até 29 de junho de 2012, antes da alienação da totalidade de suas ações para a empresa British American Tobacco (GLP) Limited (Nota 1).

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possuía responsabilidade por avais a suas sociedades controladas, de operações em conjunto e de quaisquer outras partes relacionadas.

**(b) Relacionamentos entre a controladora e as demais empresas do grupo BAT**

A Companhia e suas controladas possuem transações comerciais com entidades interligadas ao grupo controlador no exterior, representadas por exportação de produtos e serviços, adiantamentos recebidos por conta de exportação de fumo e despesas com serviços de apoio técnico especializado. Os montantes dessas transações e saldos são os seguintes:

Natureza da Operação	Montante envolvido no negócio	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 2013	Saldos em 2012
<b>Contas a Receber:</b>				
Letras descontadas por alienação dos recebíveis de contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 7.4)	1.373.576	BAT (GLP) Limited (Circulante)	872,7	299,2
		BAT (GLP) Limited (Não Circulante)	-	744,5
			<b>872,7</b>	<b>1.043,7</b>

	533.620 mil dólares	BAT (GLP) Limited	122,8	69,8
		Empresa Mixta Brascula Cigarrillos	9,3	5,9
		Scandinavian Tob Group Assens A/S	4,5	0,5
		Nobleza-Piccardo SAICYF	1,0	2,1
		Companhia Chilena de Tabaco	0,3	0,1
		BAT Investments LTD	0,3	0,1
		BAT Mexico SA de CV	0,2	-
		BAT Bangladesh CO LTD	0,2	-
		CA.Cigarrera Bigott Sucs.	0,1	0,1
		Outras companhias	0,2	0,4

	9.051	Companhia Chilena de Tabaco	9,9	0,6
	3.126	Imperial Tobacco Canada Limited	3,4	-
	3.360	British American Tobacco Colombia SAS	2,0	-
	1.974	BAT South Africa	1,0	0,9
	916	BAT Mexico SA de CV	0,8	0,5
	858	Nobleza-Piccardo SAICYF	0,3	3,2
	824	CA.Cigarrera Bigott Sucs.	0,3	-
	4.974	Tabacalera Istmena SA	0,2	-
	3.232	West Indian Tobacco CO.	0,1	-
	246	Tabacalera Istmena Scural Honduras SA	0,1	0,1
	1.872	BAT AsPac Service Centre Sdn Bhd	-	0,3
	765	BAT Services Ltd Taiwan Branch	-	0,2
	Pontual	B.A.T. China Limited	-	0,1
	Pontual	Outras companhias	0,1	-

	2.135	Companhia Chilena de Tabaco	3,3	0,5
	3.187	BAT (Holdings) Limited	1,6	1,9
	3.282	BASS (GSD) Limited	0,9	2,7
	1.274	Imperial Tobacco Canada Limited	0,8	-
	12.954	BAT Mexico SA de CV	0,5	0,1
	750	Nobleza-Piccardo SAICYF	0,3	1,9
	3.288	BAT del Peru S.A.C	0,2	0,8
	1.526	British American Tobacco Colombia SAS	0,2	0,2
	7.337	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	0,1	0,6
	1.149	CA.Cigarrera Bigott Sucs.	0,1	0,2
	215	BASS Americas S.A.	0,1	1,0
	4.634	Outras companhias	0,4	0,8

		BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	7,4	-
		BAT (Holdings) Limited	1,8	4,8
		BAT Investments LTD	0,9	0,2
		British American Tobacco Colombia SAS	0,5	-
		BAT South Africa	0,3	0,8
		BAT AsPac Service Centre Sdn Bhd	0,3	-
		BAT Japan LTD	0,2	0,2
		BAT Mexico SA de CV	0,2	0,2
		BAT KOREA	0,2	-
		CA.Cigarrera Bigott Sucs.	0,1	-
		British American Tobacco France SAS	0,1	-
		Imperial Tobacco Canada Limited	0,1	-
		Outras companhias	1,3	1,1
			<b>179,0</b>	<b>102,8</b>

**Contas a Pagar e Adiantamentos Recebidos:**

Contratos de financiamentos para exportação de fumo (Nota 17)	1.216.823	Yolanda Netherlands B.V. (Circulante)	527,3	248,8
		Yolanda Netherlands B.V. (Não Circulante)	316,2	721,1
			<b>843,5</b>	<b>969,9</b>

		British American Tobacco Mexico SA	0,7	0,4
		Nobleza-Piccardo SAICYF	0,5	-
		BAT (GLP) Limited	0,4	0,4
		BAT Chile Operaciones S.A	0,4	-
		Empresa Mixta Brascula Cigarrillos	0,2	-
		BASS Americas S.A.	-	0,4
		Outras companhias valor inferior a R\$ 100 mil	0,1	0,1

		Royalties a pagar pelo direito de industrialização, distribuição ou comercialização de produto	Pontual	BAT (BRANDS) INC
				0,1
		Transações comerciais representadas contas a pagar por prestação de serviços de apoio técnico/estratégico especializado às áreas de operações do emissor e compartilhamento de custos e investimentos relativos às Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em Fumo	8.328	BAT (Holdings) Limited
				15,0

		Contas a pagar por recharges encargos sociais, seguro de vida, etc. de expatriados	Pontual	BAT (Holdings) Limited
				0,2
		Transações representadas por contas a pagar referente a reembolso de despesas	Pontual	BATCA Suc Honduras, AS
				0,1
				0,5
				1,1
				<b>18,2</b>
				<b>5,0</b>

Receitas:	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 2013	Saldos em 2012
	BAT (GLP) Limited	1.121,4	1.050,6
	Nobleza-Piccardo SAICYF	13,1	16,1
	Empresa Mixta Brascula Cigarrillos	9,7	6,6
	Companhia Chilena de Tabaco	7,1	3,4
	Scandinavian Tob Group Assens A/S	5,9	6,9
	Fiedler & Lundgren AB	1,2	0,4
	BAT Mexico SA de CV	0,8	2,0
	BAT SWITZERLAND SA	0,5	-
	CA.Cigarrera Bigott Sucs.	0,5	0,6
	BAT Investments LTD	0,3	0,5
	BAT BANGLADESH CO LTD	0,1	0,1
	B.C.O., inc.	0,1	0,4
	ITC LIMITED	-	3,8

Receitas	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 2013	Saldos em 2012
	BASS (GSD) Limited	9,7	14,3
	BAT (Holdings) Limited	5,3	6,9
	BAT Mexico SA de CV	5,1	3,9
	Companhia Chilena de Tabaco	3,1	2,3
	BASS Americas S.A.	2,5	2,6
	Nobleza-Piccardo SAICYF	2,2	1,8
	CA.Cigarrera Bigott Sucs.	1,7	1,8
	BAT del Peru S.A.C	1,4	0,8
	British American Tobacco Colombia SAS	1,2	1,0
	Imperial Tobacco Canada Limited	0,8	-
	BATCCA Servicios, SA	0,6	0,6
	BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	0,5	0,7
	West Indian Tobacco CO.	0,4	0,4
	Tabacalera Hondurena SA	0,4	0,4
	BAT Republica Dominicana	0,3	0,1
	BATCA S.A Sucursals Guatemala	0,3	0,2
	TISA Suc Honduras	0,3	0,2
	BATCA Suc Honduras, SA	0,3	0,3
	Outras companhias	1,1	2,1

		Companhia Chilena de Tabaco	9,1	7,9
		BAT Américas Prestação de Serviços Ltda	5,5	4,2
		BAT Mexico SA de CV	5,0	6,0
		Imperial Tobacco Canada Limited	3,4	-
		CA.Cigarrera Bigott Sucs.	3,2	3,6
		Nobleza-Piccardo SAICYF	3,1	3,1
		British American Tobacco Colombia SAS	2,0	-
		Tabacalera Istmena SA	1,9	1,4
		West Indian Tobacco CO.	1,7	1,5
		BAT AsPac Service Centre Sdn Bhd	1,4	0,8
		BAT South Africa	1,0	0,9
		TISA Suc Honduras	0,8	0,7
		BAT Germany GmbH (Operations)	0,7	0,8
		BAT Services Ltd Taiwan Branch	0,3	0,2
		BAT China Limited	0,1	0,1